

Nova ofensiva americana

É praticamente certo um novo acordo entre o governo mexicano e o comitê assessor dos bancos privados internacionais. Após mais de três meses de negociação, governo e credores privados só não celebrarão um trato sobre a questão se efetivamente o presidente mexicano Carlos Salinas de Gortari disser não à proposta conciliatória apresentada desde a madrugada do último sábado.

Fechado o acordo, este pode ser considerado uma vitória da política de redução da dívida defendida pelo secretário do Tesouro norte-americano, Nicholas Brady, visto que as duas alternativas contempladas em seu termo inicial passam, de uma forma ou de outra, pela redução da dívida, seja no principal, seja no pagamento dos juros, prevendo-se ainda a volta de financiamentos internacionais.

Efetivamente, as bases preliminares propostas significam um avanço no quadro da dívida externa, em relação ao que até agora vinha sendo pensado. Fica, no entanto, a dúvida se efetivamente o acerto mexicano poderá ser aproveitado por outras nações endividadas, em particular pelo Brasil.

O caso mexicano insere-se de maneira particular no cenário internacional da dívida externa, sendo que muito mais do que os esforços que lá têm sido feitos de controle inflacionário pesa a situação geopolítica do país. É fato que para o governo americano é no mínimo desconfortável a perspectiva de um grande vizinho com dificuldades financeiras que, por decorrências políticas, até mesmo poderiam levar a um desequilíbrio político nas relações não só entre os dois países como também, e principalmente, espalhar-se por toda a América Central.

As razões de Estado do governo Bush funcionam como boa moeda de troca para o México, e nos parece que o fato deve ser aproveitado fortemente. Por outro lado, mesmo os americanos, firmado o acordo, terão não só aparentemente solucionado o problema com o vizinho, como também possuirão uma bela vitrina para exibir no dia 14 de julho na França. Esta será caracterizada como exemplo de boa

vontade e responsabilidade na solução do conflito da dívida externa. O passo americano talvez possa mesmo colocar em xeque propostas mais ousadas, como as pretendidas por Mitterrand ou González.

O fato é que em relação à matéria os Estados Unidos não pretendem perder a liderança na estratégia da renegociação da dívida, sendo até mesmo esperadas, além do exemplo mexicano, outras modificações na proposta Brady, considerada até aqui com ceticismo. A intenção americana e a dos governos ricos de um modo geral, quando saem do campo diplomático, têm até agora perdido em eficácia, pois esbarram nos interesses dos bancos privados.

Estes, por sua vez, permanecem no jogo de espera, para ver quem se responsabilizará pelos eventuais prejuízos que os acordos de solução da dívida imponham à Banca Internacional. Sobre este ponto esperam que os gover-

nos arquem com os prejuízos, principalmente se são estes que se esforçam na batalha diplomática.

Para o restante das nações, e em particular ao Brasil, sobra ainda a perspectiva de que o acordo mexicano, como de outras vezes, funcione como exemplo e parâmetro. Exemplo no campo interno, em vista da política definida ao gosto das instituições multilaterais de crédito, e parâmetro máximo de concessão para futuros acordos.

Difícilmente o Brasil conseguirá qualquer novidade no campo externo, ainda no governo Sarney. O mais provável é que tanto o governo norte-americano quanto os bancos credores esperem pela eleição e posse do novo governo para voltar concretamente a negociar nossa dívida. Seguramente o caso mexicano ainda estará presente, e esperamos que o futuro presidente, seja quem for, apresente uma solução desvinculada da proposta oferecida ao México, pelo menos enquanto ponto máximo de conquista, mas talvez aproveitando-a como plataforma de saída para conquista de um acordo adequado às nossas reais necessidades.